

2ª Alteração à 1.ª revisão do
Plano Diretor Municipal de ARGANIL



Proposta de Plano
atualização do **Relatório Não Técnico**
no âmbito da 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA

[Versão para Assembleia Municipal]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

Capítulo 01 Contexto e Enquadramento	3
01. Introdução	4
02. A 2ª Alteração da 1ª Revisão do PDM de Arganil	5
Capítulo 02 Objeto de avaliação e Enquadramento da Proposta de Alteração	6
01. Objeto de avaliação	7
02. Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos do PDMA	9
Capítulo 03 Análise e Avaliação Estratégica por Fator Crítico de Decisão	11
01. Introdução	12
02. Contribuição dos Fatores Ambientais para a Determinação dos Fatores Críticos para a Decisão	13
03 FCD – Ordenamento do Território e Desenvolvimento regional e competitividade	15
3.1 Descrição do FCD	15
3.2 Análise SWOT	18
3.3 Oportunidades e Ameaças	19
3.4 Diretrizes para seguimento	20
04 FCD – Biodiversidade e conservação da natureza	22
4.1 Descrição do FCD	22
4.2 Análise SWOT	25
4.3 Oportunidades e Ameaças	27
4.4 Diretrizes para seguimento	29
05 FCD – Património cultural e turismo	30
5.1 Descrição do FCD	30
5.2 Análise SWOT	32
5.3 Oportunidades e Ameaças	33
5.4 Diretrizes para seguimento	34

06 FCD – Qualidade Ambiental	35
6.1 Descrição do FCD	35
6.2 Análise SWOT	39
6.3 Oportunidades e Ameaças	40
6.4 Diretrizes para seguimento	41
07 FCD – Riscos Ambientais e Tecnológicos	43
7.1 Descrição do FCD	43
7.2 Análise SWOT	48
7.3 Oportunidades e Ameaças	49
7.4 Diretrizes para seguimento	50
Capítulo 03 Plano de Controlo e Quadro de Governança para a Ação	53
01 Orientações para a implementação de um Plano de Controlo	54
02 Quadro de Governança para a Ação	75
Capítulo 04 Considerações finais	77
Referências Bibliográficas	81

Capítulo **01**

CONTEXTO E ENQUADRAMENTO

01. INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui o Resumo Não Técnico [RNT] do processo de Avaliação Ambiental Estratégica para a proposta de **2ª alteração da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de ARGANIL [PDMA]**, concretizando a recomendação exposta no Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE (com transposição no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) *"sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos"*.

O RNT deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano e a sua posição no processo de tomada de decisões.

A integração de aspetos que visam garantir a sustentabilidade ambiental da proposta da 1ª revisão do PDMA efetuou-se essencialmente, numa fase de análise dos efeitos esperados sobre a concretização das opções do Plano, através da indicação de diretrizes de seguimento e da especificação de medidas e ações que integram as orientações para a implementação de um Plano de Controlo no RA. O presente procedimento de 2ª Alteração da 1ª Revisão do PDMA procede a uma revisão dessa análise revistando e ponderando, após internalização dos eventuais efeitos que resultam das alterações introduzidas nos elementos do PDMA, a análise dos efeitos esperados sobre a concretização das opções do plano, as diretrizes de seguimento e as orientações para a definição e implementação do referido Plano de Controlo.

02. A 2ª ALTERAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PDM DE ARGANIL

1.1 - A primeira revisão do Plano Diretor Municipal [PDM] de Arganil foi publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 176 — 9 de **SETEMBRO DE 2015** através do Aviso n.º 10298/2015. Foi objeto das seguintes alterações:

- Correção material, Aviso n.º 4227/2017 publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 78 — 20 de abril de 2017
- Retificação, Declaração de Retificação n.º 826/2016 publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 158 — 18 de agosto de 2016
- Correção material, Aviso n.º 1486/2018 publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 22 — 31 de janeiro de 2018
- Alteração por Adaptação, Declaração n.º 65-A/2021 publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 135 — 14 de julho de 2021

1.2 – O presente processo de alteração decorre de uma exigência legal, nomeadamente o disposto no artigo 199º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial [RJIGT] estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio. Tem por principal objetivo conformar e adaptar o PDMA, no que respeita ao processo de classificação e qualificação do solo, à Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo [aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio] e, por consequência, ao RJIGT.

1.3 – O processo de alteração incidirá, também, na introdução de ajustamentos aos elementos do plano, e em especial à planta de ordenamento e ao regulamento, para os tornar mais claros e de mais fácil interpretação.

1.4 – Finalmente, salienta-se que o processo de alteração integrará a adaptação do PDM de Arganil ao Programa Regional do Centro Litoral – PROF do Centro Litoral.

1.5 – Apesar dos poucos anos decorridos do início da plena eficácia do PDMA e do processo de implementação reforça-se a ideia de que é importante e oportuno elaborar o presente processo de Avaliação Ambiental Estratégica.

Capítulo **02**

OBJETO DE AVALIAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

01. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto de avaliação do presente RNT configura-se na proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA.

O município de Arganil localiza-se na **Região Centro [NUT II]** e pertence à **Região de Coimbra [NUT III]**. O município de Arganil apresenta uma vasta área territorial de **332,84 km²** [corresponde a 7,7% da área total da Região de Coimbra] e apresentava, de acordo com os Censos de 2021, uma população total de 11.065 mil habitantes. O município é limitado a norte pelos municípios de Penacova, Tábua e Oliveira do Hospital, a nordeste por Seia, a leste pela Covilhã, a sul por Pampilhosa da Serra, por Góis e pela Lousã (numa escassa centena de metros) e a Oeste por Vila Nova de Poiares.

Demograficamente, e à semelhança da generalidade dos concelhos do interior do País, o concelho de Arganil tem vindo a **perder população** apresentando taxas de crescimento negativa de – 8,9% no período de 2011/2021.

Na sequência da publicação e entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro [que estabelece a obrigação da reorganização administrativa do território das freguesias], o município de Arganil passou a compreender seis freguesias: Arganil, Alvorge, Avelar, Chão de Couce, Santiago da Guarda e Pousaflores.

O concelho de Arganil estrutura-se, no sentido norte-sul, entre os rios Alva e Ceira, ambos integrados na bacia hidrográfica do Mondego e, no sentido oeste-este, entre Ponte da Mucela e a Serra do Açor. Esta dispersão no espaço define a heterogeneidade da região, do ponto de vista natural e humano, conduzindo à existência de duas “sub-regiões”: a correspondente ao vale do Alva, constituída por zonas de pequena e média altitude, não ultrapassando por regra os 400 metros, vulgarmente denominada como zona do Alva, e a da Serra, situada a oriente de uma linha traçada a partir de Góis, por Celavisa, Folques, Cerdeira e Anceriz, até Avô, vulgarmente denominada como zona do Açor. No sentido nordeste/sudoeste, o concelho de Arganil é dominado pelas Serras do Açor e da Lousã, que o atravessam, situando-se a uma altitude média de 516m. Genericamente, o relevo é predominantemente montanhoso, o povoamento disperso, encontrando-se algumas povoações bastante distantes da sede de concelho.¹

O concelho de Arganil apresenta características distintas na zona do Alva e na zona do Açor. A divisão destas duas zonas é estabelecida pelas características fisiográficas que se verificam no concelho e que se traduzem em

¹ PMDFCI de Arganil, 2018 – 2027 / programa de execução municipal, conforme aplicável

formas distintas de paisagem e de ocupação do solo. A zona do Alva possui áreas agrícolas mais extensas e núcleos populacionais de maiores dimensões. As manchas florestais são constituídas quase exclusivamente por pinheiro-bravo e eucalipto e a área ocupada por matos e pastagens é relativamente pequena. É na zona do Alva, abaixo dos 400 m de altitude, que se encontra a maioria dos povoamentos de eucalipto do concelho. Apesar da paisagem ser mais fragmentada na zona do Alva, os povoamentos florestais constituem manchas de grandes dimensões de apenas duas espécies, conduzidas de modo individual. As manchas de folhosas são de dimensões muito reduzidas e encontram-se na imediação de povoações ou de linhas de água. Verifica-se também recentemente a progressão das espécies folhosas autóctones nas áreas que eram ocupadas por pinheiro-bravo adulto. Na zona do Açor, com declives mais acentuados e altitudes mais elevadas, a proporção de área florestal e de matos e pastagens aumenta consideravelmente. As áreas agrícolas e os núcleos populacionais são de dimensão mais reduzida, embora se mantenha o mesmo padrão de distribuição das várias formas de ocupação do solo.²

² PMDFCI de Arganil, 2018 – 2027 / programa de execução municipal, conforme aplicável

02. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDMA

De acordo com o quadro legislativo que regulamenta os PMOT nomeadamente no ponto 1 do artigo 95º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o PDM é de elaboração obrigatória e "*estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal*".

O planeamento físico e o ordenamento do território são processos dinâmicos, que exigem constantes pontos de situação, bem como revisões das disposições que se revelem inadequadas à dinâmica urbanística e ao desenvolvimento local. Assim a alteração que agora se preconiza surge no sentido de uma maior pormenorização na avaliação do território municipal, dos novos contextos regionais e nacionais.

O PDM define um modelo de organização municipal do território que estabelece: a caracterização biofísica da área de intervenção; a definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal, bem como os princípios e regras de garantia da qualidade ambiental e a definição de estratégias para o espaço rústico, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis. Só é possível uma efetiva promoção do desenvolvimento sustentável se forem compatibilizados o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção do ambiente.

A alteração do PDMA assenta em **CINCO EIXOS ESTRATÉGICOS** definidos no âmbito da 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA:

Quadro 1 - Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Fortalecer e dinamizar a economia do concelho	<ul style="list-style-type: none">• Promover a qualificação do emprego e a manutenção de níveis de oferta de emprego atrativos e fixadores da população;• Incentivar dinâmicas empresariais locais;• Criar condições de atratividade para a atividade industrial qualificada e incentivar a sustentabilidade das atividades industriais, promovendo a adoção de princípios de ecoeficiência e de ecologia industrial;• Melhorar as acessibilidades;• Favorecer o acesso às novas tecnologias de comunicação;• Criar oportunidades para novos investimentos suportados no potencial associado à fileira florestal.
Requalificação territorial e urbana e coesão social	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver iniciativas que visem reestruturar o território urbanizado;• Promover o acesso a serviços e equipamentos de utilização social;• Valorizar a dimensão da qualidade de vida e social;• Investir nas redes de saneamento e otimizar o sistema de gestão de resíduos sólidos.
Potenciar o turismo	<ul style="list-style-type: none">• Apostar no Turismo e no Lazer definindo uma estratégia de turismo sustentável com forte relação com o ambiente natural, valorizando os recursos naturais, culturais e históricos, ambicionando criar novas bases de economia local.
Valorização e preservação dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none">• Gerir e preservar os recursos florestais de forma a minimizar as suas vulnerabilidades e potenciar a sua diversificação e utilização;• Garantir a manutenção e preservação na utilização dos recursos hídricos, salvaguardando as suas funções naturais;• Garantir a conservação dos recursos naturais de forma a minimizar os efeitos da ocorrência de inundações e/ou cheias garantindo a salvaguarda de pessoas e bens.
Potenciar a imagem e a identidade concelhia	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar os valores naturais e os valores culturais, patrimoniais e históricos da sua população que sustentem o desenvolvimento de uma imagem forte do concelho.

Capítulo 03

ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA POR FATOR CRÍTICO DE DECISÃO

01. INTRODUÇÃO

Os **FCD** constituem "*grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para sustentabilidade*"³, são os **temas mais importantes** a serem abordados no âmbito da AAE e **identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão**. O objetivo da definição dos FCD, é **assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza**. A determinação dos FCD resulta da interação entre as Questões Estratégicas [QE] definidas na proposta de alteração do PDMA, as QAS e os objetivos do QRE preconizado para o Plano. Os FCD reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes e que servirão de base para a tomada de decisão [Figura 1].

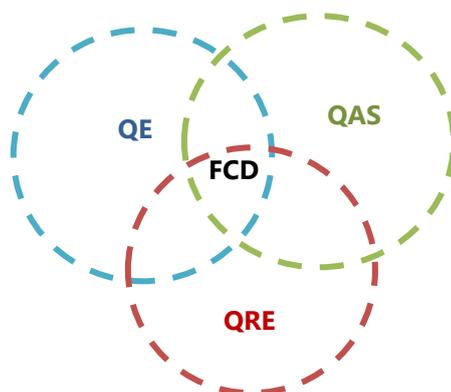


Figura 1 - Definição dos FCD

Fonte: adaptado de Partidário MR, 2012

Definidos os FCD, identificaram-se os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados a cada fator, que irão contribuir para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nos grandes objetivos da proposta de alteração do PDMA, facilitando a avaliação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente e adequada. Os domínios de avaliação refletem as questões pertinentes associadas a cada FCD e sustentam a estrutura que permite uma abordagem temática focalizada. Para cada domínio de avaliação são indicados os objetivos de sustentabilidade, que deverão convergir para os objetivos preconizados nos instrumentos que constituem o QRE para a proposta de alteração do PDMA. São, ainda, fixados indicadores que permitem suportar a análise prevista no RA.

³ Guia de melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica [Partidário MR, 2012]

02. CONTRIBUIÇÃO DOS FATORES AMBIENTAIS PARA A DETERMINAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A determinação dos FA relevantes para a proposta de alteração do PDMA é orientada pelos FA indicados no quadro legislativo da AAE, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido, ou implicado, pelo Plano, conjugada com o conhecimento das opções e objetivos estratégicos definidos pelo Plano.

Da análise das relações de convergência expressas nas tabelas anteriormente referidas e da integração dos **FA** relevantes para a área de incidência da proposta de alteração do PDMA, resultou a determinação dos **FCD**.

Para a proposta de alteração do PDM de ARGANIL foram definidos os **seguintes FCD**:

- 1] Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- 2] Biodiversidade e conservação da natureza
- 3] Património Cultural e Turismo
- 4] Qualidade Ambiental
- 5] Riscos Ambientais

O Quadro 2 permite verificar a relação estabelecida entre os FA considerados mais relevantes e os FCD definidos.

Quadro 2 - Relação entre os FCD definidos e os FA

FA	FCD				
	FCD 1	FCD 2	FCD 3	FCD 4	FCD 5
Biodiversidade	X	X	X		X
Fauna		X			
Flora		X			
Património cultural					
Atmosfera		X		X	X
Água	X		X	X	X
Solo	X		X	X	X
Fatores climáticos					X
Paisagem	X	X	X		X
Bens materiais	X		X		X
População	X				
Saúde Humana	X			X	X

O Quadro 2 revela a relação de associação dos FA aos FCD determinados na AAE da proposta de revisão do PDM de Arganil, refletindo o âmbito da sua análise. Desta forma, as questões relacionadas com a

Biodiversidade, a Água, o Solo, a Paisagem, os Bens Materiais, a População e a Saúde Humana serão consideradas na análise do FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade. No FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza serão considerados os fatores ambientais relacionados com a Fauna, Flora, Biodiversidade, Atmosfera e Paisagem. Por outro lado, os FA Biodiversidade, Água, Solo, Paisagem e Bens Materiais serão considerados na abordagem ao FCD Património Cultural. No FCD Qualidade Ambiental serão analisados os fatores ambientais relacionados com a Atmosfera, Água, Solo e Saúde Humana e no FCD Riscos Ambientais, serão tidos em consideração os FA referentes à Biodiversidade, Atmosfera, Água, Solo, Fatores Climáticos, Paisagem, Bens Materiais e Saúde Humana.

03 FCD – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMPETITIVIDADE

3.1 DESCRIÇÃO DO FCD

O ordenamento do território assume elevada importância no processo de planeamento. Face à limitação dos recursos do solo, e aos usos que o reclamam, a tomada de decisão deve ser ponderada de forma a proporcionar as melhores soluções para um desenvolvimento sustentável.

O FCD Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos que a proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA terá ao nível da organização territorial do concelho, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para esta alteração, sendo a análise balizada pelos objetivos de sustentabilidade que devem assistir a AAE. Estes objetivos pretendem contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território, para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Desta forma, definiram-se três grandes domínios, de forma a dar resposta aos objetivos de sustentabilidade definidos, que se ilustram no quadro que se segue.

Quadro 3 - Objetivos, critérios de avaliação, indicadores associados ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Objetivos	Crítérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte	
Ordenamento do Território					
Fomentar a organização espacial do território Adaptar os critérios de classificação do solo, artigo 199, DL 80/2015 Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias	Uso do Solo	Solo Rural	ha	CMA	
		Solo Urbano	ha	CMA	
	Ordenamento biofísico e paisagístico (Classes de espaços e condicionantes existentes no território)	Espaços naturais e paisagísticos	REN	ha	CMA
			RAN	ha	CMA
			Espaço Florestal	ha	CMA
			Espaço Agrícola	ha	CMA
	Acessibilidades rodoviárias	Rede Viária	km	CMA	
		Transportes (empresas)	N.º	CMA	
Competitividade e Desenvolvimento Regional					
Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego	Atratividade empresarial	Espaços de atividades económicas	N.º	CMA	
		Relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município	%	CMA	
		Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	CMA	
	Dinâmica Empresarial e Económica	Atividades económicas instaladas no concelho	Número de estabelecimentos industriais em solo rústico	N.º	CMA
			Número de agroindústrias	N.º	CMA
			Taxa de Atividade	%	INE
	Nível de empregabilidade e formação profissional	Taxa de Desemprego	Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	CMA
			Taxa de Desemprego	%	INE
			Taxa de Atividade	%	INE
	Qualidade de Vida				
Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural e edificado do concelho Qualificar o Espaço Público Qualificar a rede de Equipamentos de	Lazer/Valorização paisagística e ambiental	Espaços Verdes (integrados na Estrutura Ecológica Urbana)	ha	CMA	
		Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	N.º	CMA	
	Espaço Público	Equipamentos de utilização	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	N.º	CMA
			Equipamentos de utilização coletiva	N.º	CMA

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Utilização Coletiva Garantir mobilidade para todos	coletiva			
	Mobilidade para todos	Estudos/Planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade	N.º	CMA

3.2 ANÁLISE SWOT

A análise SWOT [Quadro 4] pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de ARGANIL reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 4 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Ordenamento do território e Desenvolvimento regional e competitividade, para o concelho de Arganil, sem a implementação da proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Quadro de recursos naturais onde se destacam a Floresta, a Serra do Açor, a Mata da Margaraça• Rota das Aldeias do Xisto e Rota das Serras• Aumento da taxa de atividade• Melhoria dos espaços públicos e consequente melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none">• Localização geográfica• Rede de acessibilidades• Débil tecido produtivo e de espaços estruturados e infraestruturados vocacionados para instalar atividades económicas• Fraco dinamismo económico• Aumento da taxa de desemprego
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Turismo como sector estratégico• Desenvolvimento do turismo de espaço rural e natural• Maior visibilidade e crescimento do interesse do mercado por produtos tradicionais	<ul style="list-style-type: none">• Dinâmica demográfica negativa, com tendência para um cada vez maior envelhecimento da população• Fraca capacidade de empreendedorismo• Baixos níveis de formação profissional

3.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

A análise de oportunidades e ameaças previstas com a execução da alteração do PDMA é apresentada de forma sumária no Quadro 5, evidenciando as questões que decorrem dos principais impactes significativos, positivos e negativos, produzidos pela referida proposta.

Quadro 5 – Oportunidades e ameaças da proposta de alteração do PDMA no que respeita ao FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Melhoria do estado de ordenamento do território contribuindo para um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções e o sistema biofísico• Criação de espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas estruturados e infraestruturados, atrativos e potenciadores dos excelentes níveis de acessibilidade, da tradição industrial, da localização geográfica e de forte relação com o quadro de recursos locais• Possibilidade de executar um desenho urbano estruturado, coerente e atrativo que possibilite a afirmação da sede do concelho no sistema urbanoregional• Possibilidade de incentivar e fortalecer o desenvolvimento das práticas agrícolas tradicionais, associadas a práticas agrícolas de pluriatividade e significativa importância na complementaridade dos rendimentos familiares• Promoção de uma capacidade atrativa do município no que respeita aos seus valores naturais. A Mata da Margaraça / Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor e os rios Ceira e Alva como fatores valorizadores do território e atrativos à fixação de novas atividades e investimentos	<ul style="list-style-type: none">• Carácter de “interioridade” relativamente às acessibilidades e aos principais polos económicos e de conhecimento da região Centro• Tendência para o declínio e o abandono das práticas agrícolas tradicionais em regime de complementaridade e progressiva florestação de terrenos com atual uso agrícola• Excessiva polarização da sede do concelho• Tendência para o declínio demográfico e para a desertificação dos principais aglomerados

3.4 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de 2ª alteração do PDMA, no que respeita ao ordenamento do território, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade. É desejável que o processo de avaliação e monitorização da execução e implantação da proposta deva constituir um processo contínuo e continuado ao longo do tempo.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de alteração do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD - Ordenamento do Território e desenvolvimento regional e competitividade:

- Garantir e incentivar a afirmação de uma imagem urbana agradável e atrativa onde a qualidade dos espaços públicos, a linguagem arquitetónica e as características tipomorfológicas do edificado, o acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva e acesso a todas as infraestruturas, constituam elementos marcantes da qualidade do espaço
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos
- Controlar a edificabilidade no Solo Rústico e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada
- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes
- Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município criando espaços urbanos devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam equilíbrio e respeito pelo sistema biofísico

- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados

Concluindo, espera-se que a proposta de 2ª alteração do PDMA contribua para promover níveis de dinâmica e de desenvolvimento económico municipal desejáveis, invertendo a tendência de declínio própria de concelhos com acentuados níveis de interioridade, como é o caso de Arganil.

Estas orientações devem ser objeto de análise e de avaliação, no Relatório sobre o estado do ordenamento a nível local, a submeter a apreciação da Assembleia Municipal, tal como determina o n.º 3 do artigo 146º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro [com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro]

04 FCD – BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

4.1 DESCRIÇÃO DO FCD

A presente análise sobre o FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza, apresenta como principal desiderato a avaliação dos possíveis impactes de natureza estratégica oriundos da execução das opções da proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA. A avaliação dos referidos impactos incidirá em determinados aspetos essenciais na conservação, valorização e, numa segunda instância, no possível incremento do património natural do território considerado. Para garantir a plena consecução dos objetivos, no âmbito da AAE serão realizados levantamentos e análises de oportunidades e ameaças que recairão sobre os valores naturais aquando da execução da proposta de 2ª alteração à 1ª revisão do PDMA.

Verificado o elevado potencial natural do território abrangido pelo concelho de Arganil, e tomando em consideração o Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Junho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, definindo que *“a política de conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos. Por outro lado, a conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum”*, promove-se no âmbito do FCD “Biodiversidade e Conservação da Natureza” uma análise que contempla também a valorização deste património natural classificado e ainda daquele que se projeta para além do integrado em áreas classificadas.

O Quadro 6 sistematiza os domínios de avaliação, os seus objetivos de sustentabilidade e respetivos indicadores.

Quadro 6 - Objetivos, critérios de avaliação, indicadores associados ao FCD – Biodiversidade e conservação da natureza

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Áreas Classificadas				
Conservação do património natural e cultural em áreas classificadas Proteção e valorização da paisagem Manutenção da biodiversidade	Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e cultural em áreas classificadas	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas classificadas	ha	CMA
	Proteger, valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas	Ações de manutenção e gestão da paisagem	N.º	ICNF
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	N.º	ICNF
		Ações e elementos de divulgação	N.º	CMA
	Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	Área classificada com plano de gestão	ha	CMA
		Medidas estratégicas de minimização de impacto das catástrofes naturais	N.º	PNDFCI
	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	Diversidade de espécies		ICNF/CMA
		Espécies ameaçadas e protegidas	N.º	ICNF
		Ações de conservação de espécies	N.º	ICNF
	Monitorização e reabilitação dos <i>habitats</i>	Habitats classificados	N.º e ha	ICNF
Ações de conservação de habitats		N.º	ICNF	
Estrutura Ecológica Municipal				
Promoção a gestão sustentável dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Promover a gestão sustentável e as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Área do concelho integrada na EEM	Km ²	1995 (PDM)
		Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	Tipo (N.º) e Área (ha)	1995 (PDM)
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta				
Promoção dos valores naturais Controlo da proliferação das espécies exóticas invasoras com risco ecológico	Promover a gestão sustentável e conservação da floresta	Zonas de Intervenção Florestal	N.º	2011 (AFN)
		Área florestal inserida em espaço natural	ha	CMA
		Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	ha	CMA
	Controlar a proliferação de espécies vegetais não	Áreas de distribuição das espécies invasoras	ha	CMA
		Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	N.º	CMA

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
	indígenas invasoras com risco ecológico conhecido			
	Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	CMA
		Aproveitamento de linhas de água para o incremento de atividades lúdicas devidamente reguladas	N.º	CMA
		Património geomorfológico classificado	N.º	CMA

4.2 ANÁLISE SWOT

A análise SWOT, apresentada no quadro 7, pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho. A análise SWOT toma como referência todo o território municipal e identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de 2ª alteração do PDMA.

Quadro 7 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Biodiversidade e conservação da natureza

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Áreas Classificadas (Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (APPSA)• ZEC «Complexo do Açor – PTCON0051», dos quais fazem parte a Reserva Natural Parcial da Mata da Margaraça, a Reserva de Recreio da Fraga da Pena, os afloramentos do Fajão e os cumes de São Pedro do Açor e da Cebola• Zonas naturais e seminaturais, com valor ambiental (Serra do Açor, Mata da Margaraça, Fraga da Pena, Rios Alva e Ceira, Albufeiras, Ribeiras, Ravinas de Folques e Celavisa)• Diversidade de paisagens (Montanha, floresta autóctone, cursos e quedas de água, albufeiras e vales)• Elevada diversidade de fauna e flora, algumas das espécies com estatutos especiais de conservação. Considerando a flora registam-se vários endemismos e espécies listadas nos anexos da DH, entre outras listas de espécies ameaçadas nacionais e internacionais• Conhecimento da distribuição dos valores naturais florísticos e respetivo estado de conservação• Potenciais zonas de lazer naturais e seminaturais	<ul style="list-style-type: none">• Zonas florestais com predominância do eucalipto e outras com presença, ou mesmo dominância de espécies exóticas• Ausência de uma gestão efetiva para valores ecológicos presentes no concelho e não abrangidos pela APPSA• Excesso de afluência, no período estival, de turistas na Reserva de Recreio da Fraga da Pena

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Promoção de uma gestão adequada dos valores naturais em áreas classificadas e fora destas• Recuperação dos vales associados a linhas de água e da vegetação ripícola associada• Reflorestação ou reabilitação do coberto arbustivo original como medida de valorização paisagística e ecológica• Aproveitamento adequado e sustentável dos recursos naturais e seminaturais, potenciando o turismo e o desenvolvimento económico• Pretensão de homologar os percursos pedestres e colocar sinalética mais adequada• Cumprimento das ações expressas no PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável•	<ul style="list-style-type: none">• Incremento das monoculturas de eucalipto• Incêndios e consequente perda de área florestal• Proliferação de espécies exóticas invasoras• Erodibilidade dos solos resultantes de alteração do coberto vegetal• Exploração insustentável do potencial turístico da região. Turismo desregrado

4.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental será afetada com a implementação da proposta de 2ª alteração do PDMA. Neste contexto, o quadro 8 identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de 2ª alteração do PDMA.

A localização geográfica do concelho de Arganil confere-lhe uma elevada importância ecológica associada a áreas de montanha e floresta. Além das áreas classificadas que o território concelhio abrange, destacam-se outras, designadamente, os corredores naturais que bordejam o rio Alva e Ceira, que se caracterizam pelo seu elevado valor biológico e paisagístico. Deste modo, a exploração sustentável destas áreas, com vista ao potenciamento turístico da região e a temáticas como a educação ambiental constituem oportunidades para o desenvolvimento da região e sua afirmação no contexto nacional, no que diz respeito, à conservação e gestão dos recursos naturais e paisagísticos. A combinação do património natural e do património cultural, também este bastante rico, afigura-se como uma condição essencial para o desenvolvimento económico do concelho.

São nomeados cinco aspetos principais que constituem potenciais ameaças à conservação e gestão dos habitats naturais e formações vegetais autóctones. O incremento das monoculturas, com consequente alteração do coberto arbustivo, constitui uma ameaça ao objetivo de valorizar as áreas naturais e conservar o património. As monoculturas, coadjuvadas com a proliferação das espécies exóticas invasoras, com o risco elevado de incêndio associado a determinadas áreas e degradação dos habitats, são pontos que colocam em risco a concretização dos diversos objetivos de sustentabilidade. Os incêndios são, por si só, nefastos para qualquer formação vegetal, contudo na presença de espécies exóticas invasoras como a acácia, o seu efeito é ainda mais significativo. A regeneração da vegetação natural autóctone é amplamente influenciada, pela elevada capacidade de crescimento dos espécimes pertencentes ao género Acácia. Com o intuito de diminuir o risco de incêndio torna-se essencial o aumento da fiscalização, a limpeza de zonas de mato muito denso, o melhoramento das vias de acesso, nomeadamente caminhos, e limpeza, bem como, se necessário, alargamento dos aceiros.

Quadro 8 – Oportunidades e Ameaças da proposta de alteração do PDMA no que respeita ao FCD – Biodiversidade e Conservação da Natureza.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Área de floresta significativa cujo ordenamento, planeamento e gestão promovem a conservação de valores naturais, o desenvolvimento económico e a minimização do risco de incêndios florestais• Base de recursos naturais e culturais que suportam atividades desportivas e turísticas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">• Risco elevado de ocorrência de incêndios rurais• Proliferação das espécies exóticas invasoras• Insustentabilidade na exploração dos recursos turísticos da região• Falta de um plano de gestão para a Reserva Biogenética da Mata da Margaraça

4.4 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta alteração do PDMA no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

- Assegurar a sustentabilidade turística através do estudo da capacidade de carga dos espaços naturais. Igualmente importante é o delineamento de regras cujo cumprimento garantem a preservação dos valores naturais e viabilidade dos vários recursos turísticos do concelho;
- Aquando da definição de novos trilhos e percursos pedestres, em áreas florestais com interesse conservacionista (RN2000), deverá ser efetuada uma confrontação entre os impactes sobre os valores naturais da região e os benefícios que tais iniciativas poderão ter na valorização do território e no turismo, seguindo as orientações de gestão para os diferentes *habitats*;
- Avaliar a eficiência dos elementos de divulgação, averiguando se as implementações dos mesmos contribuem de facto para a valorização dos valores naturais;
- Controlar a proliferação de espécies invasoras no concelho, particularmente em áreas de elevado valor ecológico;
- Promover a reflorestação de áreas florestais degradadas, com espécies autóctones, incrementando a valorização paisagística da região e garantindo novos refúgios de biodiversidade;
- Assegurar a preservação de galerias ripícolas essenciais à manutenção da qualidade da água e da biodiversidade nestes ecossistemas. Tal pode ser alcançado ao melhorar as condições das práticas agrícolas e condicionar ações de limpeza e corte de espécimes em áreas marginais aos cursos de água;
- Proceder à limpeza de áreas correspondentes a bermas de estradas onde se registem zonas de matos bastante densos, propícios à deflagração de incêndios;
- Como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho utilizar, em espaços públicos, espécies vegetais autóctones.

05 FCD – PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

5.1 DESCRIÇÃO DO FCD

O património cultural de um território é fruto da sua história e revela a sua evolução ao longo dos tempos. Desde as tradições e costumes até ao património físico e fatos históricos, todos eles contribuem para caracterizar e melhor compreender a dinâmica e vivências em épocas passadas e a forma como isso se revela na atualidade.

Dotado de uma cultura tipicamente rural, as vivências e os costumes tradicionais que ainda se preservam demonstram no concelho de Arganil um território que sofre da interioridade e do fraco investimento e desenvolvimento, pese embora nas últimas décadas se tenha sentido um pequeno crescimento da economia. Possui, no entanto, pontos de interesse devidamente reconhecidos.

Este FCD, ao nível da identidade cultural e histórica, tem como objetivos de sustentabilidade preservar edifícios históricos bem como outras características culturais importantes. Visa ainda fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos, e valorizar a diversidade e a identidade local.

Ao nível do turismo, pretende-se com este FCD estabelecer o equilíbrio entre a preservação e a utilização dos recursos naturais. Pretende-se um desenvolvimento económico e social associado a este domínio que siga os princípios do desenvolvimento sustentável, garantindo o controlo e minimização dos impactes negativos que possam decorrer do usufruto do espaço. Este domínio poderá servir também para a formação e educação dos cidadãos e visitantes que interiorizam, com a prossecução de modelos de turismo sustentável, a necessidade de preservação e valorização do território bem como a aplicação de boas práticas ambientais.

No Quadro 9 são identificados critérios de avaliação para cada domínio e respetivos indicadores.

Quadro 9 - Objetivos, critérios de avaliação, indicadores associados ao FCD – Património Cultural e Turismo

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Identidade Histórica e Cultural				
Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Preservar locais arquitetónicos e arqueológicos Valorizar a diversidade e a identidade local do património turístico Promover a requalificação das Aldeias com vocação turística Valorizar os saberes e características locais	Valorização do património construído	Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção)	N.º	CMA
		Reabilitação de edifícios urbanos degradados	N.º	CMA
		Imóveis classificados e em vias de classificação	N.º	DGPC
		Património Arqueológico	N.º	Portal do Arqueólogo
		Imóveis com interesse patrimonial	N.º	DGEMN
		Aldeias Históricas	N.º	CMA
		Aldeias do Xisto	N.º	CMA
	Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil	N.º	CMA	
	Valorização do património cultural	Produtos tradicionais de qualidade protegida	N.º	CMA
		Eventos tradicionais e culturais	N.º	CMA
Turismo				
Promover o turismo natural sustentável Preservar o espaço natural e paisagístico Desenvolver o turismo ativo Fomentar a divulgação cultural integrada com o turismo Fomentar a oferta de unidades hoteleiras de qualidade	Potenciação do património e turismo ativo	Rotas e percursos	N.º	CMA
		Empresas de animação turística	N.º	SIGTUR
	Potenciação das dinâmicas turísticas	Ações de divulgação turística	N.º	CMA
	Disponibilidade de equipamentos e serviços associados ao turismo	Alojamento turístico	N.º	TP, IP
		Estada média no estabelecimento	N.º de noites	INE

5.2 ANÁLISE SWOT

Com o objetivo de identificar as potencialidades e fragilidades do Município, relativamente a fatores determinantes para a análise do património e turismo, elaborou-se uma análise SWOT para o território em causa.

Salienta-se que se efetua a referida análise como suporte à caracterização da situação existente e evolução esperada, na ausência de implementação da 2ª alteração do Plano, e, portanto, sem considerar a sua influência na análise.

Esta análise, cujos resultados se apresentam no Quadro 10, expressa de forma resumida, um conjunto de fatores positivos e negativos, bem como ameaças e oportunidades associadas aos domínios de análise no FCD em avaliação.

Quadro 10– Análise SWOT no âmbito do FCD - Património Cultural e Turismo

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Condições favoráveis à prática de turismo ativo e <i>touring</i> cultural• Pontos de referência turística do concelho referenciados em projetos intermunicipais como as Aldeias do Xisto e as Aldeias Históricas de Portugal• Diversidade e bom estado de conservação do património construído• Gastronomia e produtos tradicionais diversos e ricos	<ul style="list-style-type: none">• Débil promoção do turismo e marketing territorial• Deficiente promoção da gastronomia e produtos tradicionais locais• Falta de qualificação dos estabelecimentos turísticos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Inserção numa região de importantes dinâmicas turísticas	<ul style="list-style-type: none">• Existência de municípios vizinhos com oferta/ aposta turística em produtos análogos, mas com maior qualificação

5.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como o património natural e cultural será afetado com a implementação da proposta de alteração do PDMA. Neste contexto, procede-se à identificação das oportunidades e ameaças que a proposta de alteração do PDMA poderá provocar ao nível do FCD – Património cultural e turismo.

O quadro seguinte identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de alteração do referido PDM.

Quadro 11 – Oportunidades e Ameaças da proposta de alteração do PDMA no que respeita ao FCD – Património Cultural e Turismo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Aposta forte no Turismo e no Lazer numa perspetiva ligada à Natureza: formas de turismo de Natureza, Eco turismo, Lazer e recreio associados aos cursos de água, desportos radicais e da natureza.• Aposta no turismo sustentável, com forte relação com o Ambiente Natural• Potencialidades imensas, desde os rios (Alva e Ceira), às aldeias, à Caça e à Pesca, aos percursos e aos desportos de aventura• Arganil tem um quadro de recursos naturais que lhe permite direcionar a aposta e construir progressivamente um produto turístico diferente e com dimensão crítica• Desenvolver os seguintes produtos turísticos: Turismo Cultural e Paisagístico (Aldeias Históricas, Aldeias do Xisto), Turismo em Espaço Rural e Turismo de Natureza	<ul style="list-style-type: none">• Pouco investimento no sector e pouca capacidade de afirmar uma imagem forte e atrativa do concelho a este nível

5.4 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de 2ª alteração do PDMA e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de alteração do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. Neste sentido, o concelho de Arganil deverá tomar medidas no sentido de preservar o seu património natural e cultural, o que irá traduzir-se em mais valias em termos turísticos para o concelho.

- Promover e valorizar o património arqueológico, arquitetónico e cultural;
- Promover ações de reabilitação do património cultural;
- Promover as tradições e os costumes populares do município.
- Conservar o património natural e paisagístico;
- Promover iniciativas de educação/sensibilização/informação ambiental;
- Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho.

06 FCD – QUALIDADE AMBIENTAL

6.1 DESCRIÇÃO DO FCD

A qualidade ambiental contribui decisivamente para a valorização territorial e através desta para o crescimento económico e competitividade⁴, constituindo um fator importante para a saúde pública, qualidade de vida da população humana e para o equilíbrio dos ecossistemas. Quando os critérios de qualidade ambiental são desde cedo introduzidos como desígnios a garantir através dos Instrumentos de Ordenamento do Território contribui-se para o desenvolvimento sustentável e o alcance de elevados níveis de competitividade. Reconhecendo-se que a proposta de alteração do PDMA preconiza ações que envolvem direta e indiretamente questões determinantes para a qualidade ambiental, procede-se no âmbito da avaliação do presente FCD à sua análise, contextualizada por uma caracterização da situação atual da área sob influência do Plano, que possibilite, antecipadamente, e se necessário, projetar intervenções mitigadoras ou planeadas medidas corretivas para as ações que eventualmente congreguem potenciais impactes ambientais negativos. Neste âmbito, as questões que se anteveem como relevantes são a gestão de resíduos, a salvaguarda da qualidade dos recursos hídricos, a prevenção da poluição sonora e o uso eficiente de energia.

A necessidade de assegurar uma gestão adequada de resíduos e minimizar a sua produção contribuiu para a definição do domínio **Resíduos urbanos**. Atendendo à necessidade de ter em conta as recomendações inscritas em documentos referenciais de política ambiental, foi considerado como objetivo de sustentabilidade a promoção de uma política adequada de gestão de resíduos.

A análise de um domínio relacionado com os **Recursos hídricos** surge pela necessidade de salvaguardar o bom estado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Por outro lado, a água, enquanto recurso indispensável à maioria das atividades económicas, apresenta uma influência direta na saúde humana e na qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais. De forma a tornar mais sustentável o setor, deverá, ainda, ser garantida uma elevada eficiência do seu uso.

⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Os municípios detêm responsabilidades ao nível da prevenção do ruído e controlo da poluição sonora, com vista à salvaguarda da saúde humana e bem-estar das populações. Neste âmbito, o domínio de avaliação relacionado com o **Ruído** foi considerado relevante para a presente análise tendo sido para tal definido como objetivo de sustentabilidade “Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações”.

A perceção do problema das alterações climáticas e de outras exigências ambientais permitiram evidenciar a necessidade de Portugal tornar o seu consumo energético mais eficiente e racional, principalmente no que diz respeito ao consumo direto de fontes de energia não renovável [petróleo]. Neste contexto foi considerado importante incorporar o domínio de avaliação **Energia**, considerando-se relevante o estabelecimento de objetivos de sustentabilidade que promovam o aumento da eficiência energética bem como a racionalização na utilização da energia, salientando-se a importância da utilização de fontes renováveis na produção de energia como fator a contribuir para a redução da dependência energética.

O Quadro 12 apresenta os critérios de avaliação e os indicadores definidos para o FCD Qualidade Ambiental, e associa-lhes os objetivos de sustentabilidade que se pretendem atingir

Quadro 12 - Objetivos, critérios de avaliação, indicadores associados ao FCD – Qualidade Ambiental

Objetivos	Crítérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Resíduos urbanos				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos	Destino final dos resíduos produzidos	Produção de Resíduos Urbanos	ton/ano	INE
		Resíduos urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	%	INE
		Taxa de reciclagem	%	INE
Recursos hídricos				
Garantir a proteção dos recursos hídricos Reduzir os níveis de contaminação da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais	Poluição da água / Contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Qualidade da água superficial	Classe	PGRH
		Qualidade da água subterrânea	Classe	SNIRH
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano	Infraestruturação ao nível do abastecimento de água	Consumo de água por habitante	m ³ /ano	PORDATA
		População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	CMA
		Percentagem de água captada que provêm de captações com perímetros de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	CMA
	Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	%	ERSAR
Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais	Infraestruturação ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais	População servida por sistema de drenagem de águas residuais	%	CMA
		População servida por sistema de tratamento de águas residuais	%	CMA
		Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas	%	CMA
		Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	CMA
Promover a implementação de modelos de gestão de efluentes pecuários eficientes e sustentáveis	Gestão eficiente e sustentável dos efluentes pecuários	N.º de explorações agropecuárias existentes	N.º	CMA
		N.º de explorações pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários	%	CMA
		Número de situações anómalas denunciadas relativas às	N.º	CMA

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
		explorações agropecuárias		
Promover um consumo eficiente e racional do recurso água	Matriz de utilização da água Uso eficiente da água	Utilização de água, por sector de atividade	%	CMA
		Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida	%	CMA
		Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água (Sistema de monitorização da rede de abastecimento de água e ações de educação ambiental sobre questões relacionadas com a água)	N.º	CMA
Ruído				
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações Promover a redução do ruído nas zonas identificadas em desconformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR) através de procedimentos de articulação do RGR com o processo de planeamento territorial ao nível do PDM	Poluição sonora	População afetada pelos níveis de ruído	%	CMA
		Número de reclamações por incomodidade sonora	N.º	CMA
		Planos de redução de ruído	N.º	CMA
Energia				
Promover o aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Promover a utilização de fontes de energia renovável	Matriz energética Eficiência energética	Consumo de Energia Elétrica	tep/ano	INE
		N.º de projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética	CMA	CMA
	Adesão à produção e utilização de energia através de fontes renováveis	Produção de energia através de recursos renováveis	tep/ano	CMA

6.2 ANÁLISE SWOT

A análise SWOT, apresentada no quadro 13, pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho. A análise SWOT toma como referência todo o território municipal e identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de 2ª alteração do PDMA.

Quadro 13 – Análise SWOT no âmbito do FCD - Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Educação ambiental nas escolas e campanhas de sensibilização à população, relativamente à recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos • Evolução na recolha e tratamento adequado de Resíduos Sólidos Urbanos • A totalidade da população é abastecida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano • Índice da qualidade do ar da Zona Centro Interior (onde se insere o concelho de Arganil) classificado como "Bom" • Aposta municipal na mobilidade sustentável • Aposta municipal na Energia Eólica 	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais • Deterioração da qualidade das linhas de água motivada por eventuais descargas de fossas sépticas mal dimensionadas e/ou contaminação proveniente da atividade agrícola.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço na promoção das energias alternativas particularmente na energia eólica como elemento impulsionador na criação de empresas ligadas ao sector • Intervenção municipal ao nível do fomento da mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade da água superficial e subterrânea devido a descargas diretas de fossas sépticas nas linhas de água • Possível deterioração da qualidade do ar devido ao efeito cumulativo da implantação e laboração de unidades industriais

6.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como a qualidade ambiental será afetada com a implementação da proposta de 2ª alteração do PDMA. Neste contexto, o quadro 14 identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as ações inerentes à proposta de 2ª alteração do PDMA.

Quadro 14 – Oportunidades e ameaças resultantes da execução da proposta de alteração do PDMA no que respeita ao FCD – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na rede de saneamento • Adesão do município às Águas do Mondego vai originar soluções adequadas relativamente aos problemas relacionados com o saneamento básico • Redução das perdas de água na rede de abastecimento • Melhoria do sistema de gestão de RU • Aposta na educação ambiental (nomeadamente a nível da gestão dos resíduos e da água) • Intervenções diversas no sentido de promover a mobilidade sustentável, quer ao nível da mobilidade pedonal, da mobilidade rodoviária quer da mobilidade ciclável • Aposta nas energias renováveis (nomeadamente na energia eólica - Parque Eólico vai ser alargado na freguesia da Mourísia) • Aposta na criação de modelos de gestão empresarial mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e contribuição para uma maior qualificação ambiental das áreas de atividade produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de áreas industriais (com implicações ao nível da produção de resíduos industriais, águas residuais, emissões gasosas e poluição sonora) • Aumento do tráfego rodoviário resultante da expansão da malha viária

6.4 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta alteração do PDMA no que respeita à qualidade ambiental, e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

Relativamente ao domínio “**Resíduos urbanos**” recomenda-se que se atue no sentido de:

- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

Apesar dos SAA não serem atualmente da competência da CM, existem algumas medidas ao nível do **uso eficiente da água** que a CM deverá fomentar, nomeadamente:

- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;
- Garantir intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água, no que diz respeito ao uso urbano [de acordo com as medidas previstas no PNUEA];
- Incentivar e promover práticas e princípios de ecoeficiência na utilização dos principais recursos, como a água e a energia.

Os recursos hídricos devem ser considerados como elementos a valorizar e preservar, aquando da execução da proposta de alteração do PDMA. De acordo com a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, “*o ordenamento e planeamento dos recursos hídricos visam compatibilizar, de forma integrada, a utilização sustentável desses recursos com a sua proteção e valorização, bem como com a proteção de pessoas e bens contra fenómenos extremos associados às águas*”. Neste contexto, é responsabilidade da CM reabilitar a rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos.

Relativamente ao **ruído**, é possível, através da análise efetuada ao mapa de ruído, definir o nível de

ocupação do solo prevista para uma determinada zona, evitando a instalação de utilizações do tipo sensível [escolas, hospitais, entre outros] em áreas mais ruidosas, compatibilizando-se desta forma o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se atue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.
- Fomentar a realização de ações de sensibilização junto da população relativas à utilização eficiente da energia.

Deverão ainda ser respeitadas as orientações definidas no Plano de Controlo, onde são definidos os indicadores, objetivos de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental, que deverão ser tidas em consideração na execução do Plano, para que se garantam elevados níveis de sustentabilidade.

07 FCD – RISCOS AMBIENTAIS E TECNOLÓGICOS

7.1 DESCRIÇÃO DO FCD

Qualquer ação executada pelo Homem tem um efeito sobre o Ambiente, efeito este que pode degradar a qualidade ambiental ou alterar as características paisagísticas de um território de forma significativa. Estes efeitos podem contribuir direta ou indiretamente para a ocorrência de situações de risco ambiental. A gestão de risco é um processo contínuo e dinâmico e deve identificar e avaliar os riscos associados às diferentes atividades desenvolvidas. A tomada de medidas adequadas para gerir os riscos e, conseqüentemente, prevenir ou reduzir o impacto de potenciais acidentes ou situações de emergência deve assumir elevada importância em qualquer processo de gestão. Sendo assim, a previsão e prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais.

Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e a prevenção da ocorrência de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais bem como das propostas de projetos.

O território da alteração ao PDM em análise possui uma extensa mancha florestal, a qual é dominada por pinheiro bravo, castanheiro e carvalho. Para além da problemática da probabilidade de ocorrência de incêndios inerente a este tipo de uso do solo, existe, ainda, um outro fator a ter em consideração e que, recentemente, foi alvo de intervenção superior, a degradação florestal por contaminação com *Bursaphelenchus xylophilus*, vulgarmente conhecido por nemátodo do pinheiro.

As características edafo-climáticas daquele território em conjunto com o tipo de exploração florestal que é praticada atribuem ao concelho um grau de risco de incêndio classificado como "Alto". Para além do risco de incêndio rural, existe ainda o risco de incêndio de origem antrópica relacionado quer com possíveis atividades humanas negligentes quer com a previsível implantação de zonas industriais. No que se refere à praga do nemátodo do pinheiro, para além das medidas de minimização que venham a ser concretizadas por ações específicas importa definir uma estrutura de controlo face à possibilidade de contaminações subseqüentes.

Relativamente à probabilidade de ocorrência de Acidentes Industriais, verifica-se que o Concelho de Arganil tem sofrido nos últimos anos um ligeiro desenvolvimento industrial, o qual pretende aumentar

no futuro. Com a possível implantação de outras unidades industriais ao longo de todo o concelho, as probabilidades de ocorrência de situações de emergência/incidente poderão surgir. Desta forma importa considerar os mecanismos de prevenção face a estas situações de forma a minimizar os impactos negativos que dali possam advir.

Ainda a referir o risco de ocorrência de erosão como um dos domínios a ter em consideração neste FCD. O território de Arganil é caracterizado por ser um território de montanha, com declives acentuados e com características edafo-climáticas que contribuem para a ocorrência de erosão, em acréscimo com o abandono do território devido ao fenómeno social da desertificação. Importa aqui fazer a ligação com a ocorrência de incêndios florestais que poderá acentuar a ocorrência deste fenómeno degradativo da paisagem e das características do solo.

Devido ao carácter acidentado do terreno (sendo mesmo montanhoso), com uma paisagem caracterizada por um constante entrecortado, com vales profundos e encostas demasiado expostas à ação dos agentes erosivos e, obviamente, com dificuldades de comunicação, os efeitos provocados nas populações e recursos naturais poderão colocar em causa a estabilidade do território, não esquecendo os custos ambientais que daí podem decorrer.

Possuindo o Concelho de Arganil dois rios, o Ceira e o Alva, a ocorrência de cheias também deverá ser acautelada já que estes poderão ser os impulsionadores do turismo da região o qual poderá originar a implantação de novas unidades hoteleiras e de lazer nas suas proximidades com vista a uma exploração. Estas unidades territoriais de desenvolvimento turístico deverão ter em consideração os fluxos de caudal, a sazonalidade bem como as características do solo de implantação de forma a precaver situações de cheia.

Em acréscimo a todos os fatores que mereçam gestão e prevenção do risco pelas diferentes características que lhe estão inerentes, acresce ainda o facto de estarmos perante um território que integra em si uma classificação na Rede Natura 2000 a qual importa preservar e acautelar face à possibilidade de ocorrência de riscos ambientais.

Em suma, para o FCD - Riscos Ambientais os domínios em análise são: Incêndios Rurais, Incêndios Urbanos, Incêndios Industriais, Contaminação Fitossanitária Florestal, Acidentes Industriais, Erosão e Cheia.

O Quadro 15 apresenta os domínios de avaliação definidos para o FCD - Riscos ambientais e

tecnológicos, associa os objetivos de sustentabilidade e os indicadores para a presente análise.

A salvaguarda da ocorrência destes domínios contribuirá para a garantia da prevenção do risco para os ecossistemas e para o Homem bem como o seu controlo e acompanhamento devido contribuirão para o desenvolvimento de uma região mais sustentável.

Quadro 15- Objetivos, critérios de avaliação, indicadores associados ao FCD – Riscos ambientais e tecnológicos

Objetivos	Crítérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Risco Incêndio				
Reduzir o número de ignições Reduzir a área ardida	Recursos florestais	Risco de ocorrência de incêndios	Grau	2010 (AFN)
		Área ardida	ha/ano	
		Número de ocorrências de incêndio	Nº/ano	
Prevenir a ocorrência de incêndios florestais Fomentar a compartimentação dos espaços florestais	Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios florestais	Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais	Nº	CMA
		Cumprimento das ações/programas previstos nos eixos estratégicos do PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável	Nº/ano	CMA
Reduzir a ocorrência de incêndios em edifícios	Edifícios e estado de conservação Estratégias de desenvolvimento industrial	Número de ocorrências de incêndios industriais	Nº/ano	2010 (CMA)
		Número de edifícios afetados	Nº/ano	2010 (CMA)
		Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade da SCIE	Nº	CMA
Contaminação Florestal				
Prevenir a ocorrência de contaminação florestal por ação de pragas Reduzir os efeitos face à ocorrência de contaminação florestal Preservar o património florestal adotando processos de exploração e conservação florestal que previnam o desenvolvimento de pragas	Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de infeção florestal	Ocorrência de pragas	Nº/ano	2010 (CMA)
		Área afetada	ha	2010 (CMA)
		Tipos de praga	Tipologia	2010 (CMA)
	Estratégias de exploração e gestão florestal	Estratégias de exploração e gestão florestal		
Cheias				
Aumentar os níveis de proteção do solo dentro do perímetro urbano Minimizar os impactos das cheias Controlar a impermeabilização do solo	Grau de impermeabilização do solo Gestão territorial	Área impermeabilizada	ha	CMA
		Normas de controlo da impermeabilização do solo	Nº	CMA
		Edifícios em áreas de risco de cheia	Nº	CMA
Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano Racionalizar a expansão urbana	Situações de cheia	Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	CMA
		Áreas inundadas	ha/ano	CMA
		Infraestruturas afetadas	Nº	CMA

Objetivos	Critérios de avaliação	Indicador	Unidade	Ano / Fonte
Acidentes Industriais				
Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais	Meios de prevenção Estratégias de minimização face à ocorrência de situações de derrame	Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE	Nº	CMA
	Grau de impermeabilização afeto a espaço industrial	Área impermeabilizada afeta a uso industrial	ha	CMA
Prevenir a ocorrência de acidentes industriais	Situações de derrame Solo contaminado	Número de ocorrências de derrame	Nº/ano	CMA
		Área de terreno contaminada em resultado de ocorrência de derrame	ha/ano	CMA
	Situações de explosão	Número de ocorrências de explosão	Nº/ano	CMA
Erosão				
Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Aumentar os níveis de proteção do solo Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão	Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de erosão	Ocorrência de erosão	Nº	CMA
		Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº/ano	CMA

7.2 ANÁLISE SWOT

Com o objetivo de identificar as potencialidades e fragilidades do Município, relativamente a fatores determinantes para a análise de riscos ambientais, elaborou-se uma análise SWOT para o território em causa.

Salienta-se que se efetua a referida análise como suporte à caracterização da situação existente e evolução esperada, na ausência de implementação da 2ª alteração do Plano, e, portanto, sem considerar a sua influência na análise. Esta análise, cujos resultados se apresentam no Quadro 16, expressa de forma resumida, um conjunto de fatores positivos e negativos, bem como ameaças e oportunidades associadas aos domínios de análise no FCD em avaliação.

Quadro 16– Análise SWOT no âmbito do FCD – Riscos ambientais e tecnológicos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um PMEPC • Existência do PMDFCI ou programa de execução municipal, conforme aplicável • Riqueza natural e qualidade paisagística • Existência de empresas instaladas nas zonas industriais com atividades na área das energias renováveis, nomeadamente biomassa (Pinewells, Lda) • Espécies endémicas (processionária do pinheiro e bróstico pequeno) que têm convivido de forma sustentável com os povoamentos florestais • Presença de duas barragens no concelho de Arganil: a barragem das Fronhas e a barragem do Alto Ceira, com grande disponibilidade de água • Existência de vários cursos de água, sendo o rio Alva o principal curso de água e possui diversas ribeiras e linhas de água no concelho, sendo as principais: Ribeira da Aveia, Ribeira de Folques, Ribeira da Mata, Ribeira de Celavisa, Ribeira de Pomares e Ribeira de Piódão 	<ul style="list-style-type: none"> • Território com grandes áreas de floresta vulnerável à ocorrência de incêndio • Perigosidade de incêndio muito elevada em grande parte do território - Elevada perigosidade de incêndio florestal na “zona do Açor” e na “zona do Alva” • Território com declives acentuados, facto que origina dificuldades de acesso em caso de incêndio florestal • Conjugação entre tipologia de solos, topografia e precipitação • Dimensão do concelho e distribuição dos aglomerados populacionais • Envelhecimento da população • Território pouco atrativo à fixação populacional • Extensas manchas populacionais instaladas em áreas identificadas como vulneráveis (localidades de Arganil, Sarzedo, Folques, Coja, Secarias, Pomares e Vila Cova do Alva, por exemplo)
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação efetiva e total do PMDFCI ou do programa de execução municipal, conforme aplicável • Gestão holística dos riscos nos parques industriais • Promoção e desenvolvimento de um turismo sustentável, onde a informação, sensibilização e manutenção dos espaços naturais seja uma realidade • Rentabilização económica resultante da gestão das áreas naturais, nomeadamente do património florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio • Possibilidade de ocorrência de acidentes industriais (derrame, explosão, incêndios industriais) • Risco de inundação e cheia • Grande parte do território encontra-se sujeita a risco de erosão • Contaminação florestal, nomeadamente pelo agente nemátodo do pinheiro (espécie exótica) • Desertificação e abandono do território

7.3 OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com a proposta de 2ª alteração do PDM em análise, pretende-se organizar o espaço atendendo aos objetivos estratégicos de desenvolvimento, conservação e preservação dos recursos bem como de gestão territorial, promovendo um concelho sustentável e de qualidade.

Para o FCD – Riscos ambientais e tecnológicos, e para a concretização da presente proposta de alteração ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspetos mais positivos bem como os negativos em resultado da alteração do PDM [Quadro 17].

Quadro 17 – Oportunidades e Ameaças da proposta de alteração do PDMA no que respeita ao FCD – Riscos ambientais e tecnológicos

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Valorização do património florestal• Cumprimento das ações expressas no PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável• Gestão do ciclo da água• Adoção de modelos de gestão industrial eco-eficientes e sustentáveis• Identificação de ineficiências de gestão derisico com oportunidade de melhoria	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição da capacidade de infiltração por impermeabilização da área• Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica• Risco de derrame e explosão em consequência das atividades a instalar na zona industrial e da gestão das mesmas• Risco de erosão• Risco de inundações resultado de eventos extremos• Abandono e despovoamento.

7.4 DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de 2ª alteração do PDMA e que melhor integram os princípios da sustentabilidade. Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de alteração do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo.

Risco de incêndio rural

- Avaliação periódica do risco de incêndio no concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação das medidas e ações estabelecidas nos planos de prevenção e combate a incêndios florestais e sobre património edificado (quer no que se refere a dotação de meios - pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc. – ou realização de atividades específicas);
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigações estabelecidas no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de novembro).

Contaminação florestal

- Não sendo da responsabilidade da autarquia controlar este domínio, deve acompanhar e promover as ações que visem a identificação, controlo e minimização dos efeitos decorrentes de ações sobre os povoamentos junto das entidades responsáveis, nomeadamente da GNR.
- Poderá ainda desenvolver ações de informação e sensibilização junto dos operadores sobre estas fontes de contaminação bem como o seu comportamento, controlo e medidas de erradicação.

Riscos de cheia

- Estabelecimento do zonamento do risco de inundação com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Assegurar que áreas envolventes a zonas a intervencionar apresentem sectores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;
- Estabelecimento de medidas de defesa contra o risco de inundação que visem a redução do escoamento (ex.: construção de infraestruturas, florestação, medidas de proteção do solo), a redução da duração (ex.: instalação de sumidouros nas vias rodoviárias, estações de bombagem, etc...), entre outras e monitorização das mesmas;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

Acidentes Industriais

- Garantir a articulação entre PMDFCI ou programa de execução municipal, conforme aplicável e o PME.

Dado que estes acidentes integram a probabilidade de risco de derrame, de explosão ou de incêndio em espaço industrial e visto que estes têm planos de pormenor que regem a gestão dos mesmos, deverão ser atendidas todas as obrigatoriedades e medidas definidas pelos Regulamentos do Plano de Pormenor ou outras obrigatoriedades legais decorrentes de legislação específica.

Riscos de erosão

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talvegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão;
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal,

quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;

- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- Estes mesmos taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão;
- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão;
- Deve ainda ser tida em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

Capítulo 03

PLANO DE CONTROLO E QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

01 ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

Para que a proposta de 2ª alteração do PDMA apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foram desenvolvidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo que visam assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, na fase de execução do plano. Nestas orientações encontram-se incluídas a maioria das medidas preconizadas anteriormente, na fase de avaliação de cada um dos FCD analisados.

Neste contexto, as orientações para a implementação de um Plano de Controlo inserem-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretendem acompanhar o ciclo de planeamento, programação e execução do PDMA.

Para cada um dos indicadores, foram definidas medidas de gestão ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que profetizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Importa que a aplicação das orientações definidas seja monitorizada através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano.

Tendo em conta o referido no Artigo 11.º da Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho, e no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho [com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio], os resultados do previsto no Plano de Controlo deverão ser atualizados com uma periodicidade mínima anual pela entidade responsável pela elaboração do Plano [Câmara Municipal de Aguiar da Beira], serão divulgados pela entidade referida através de meios eletrónicos e posteriormente remetidos à APA.

Na sequência da monitorização anual exigida, deverá ser realizada uma nova ponderação relativa à evolução de cada indicador, e deverão ser avaliadas as medidas preconizadas, de forma a alcançar as metas pretendidas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à alteração, adição ou ajuste destas mesmas medidas e metas, correspondendo este momento a uma alteração do Plano de Controlo da fase de seguimento.

A Figura 2 resume e identifica as etapas que devem ser seguidas durante a Fase de Seguimento do Plano.

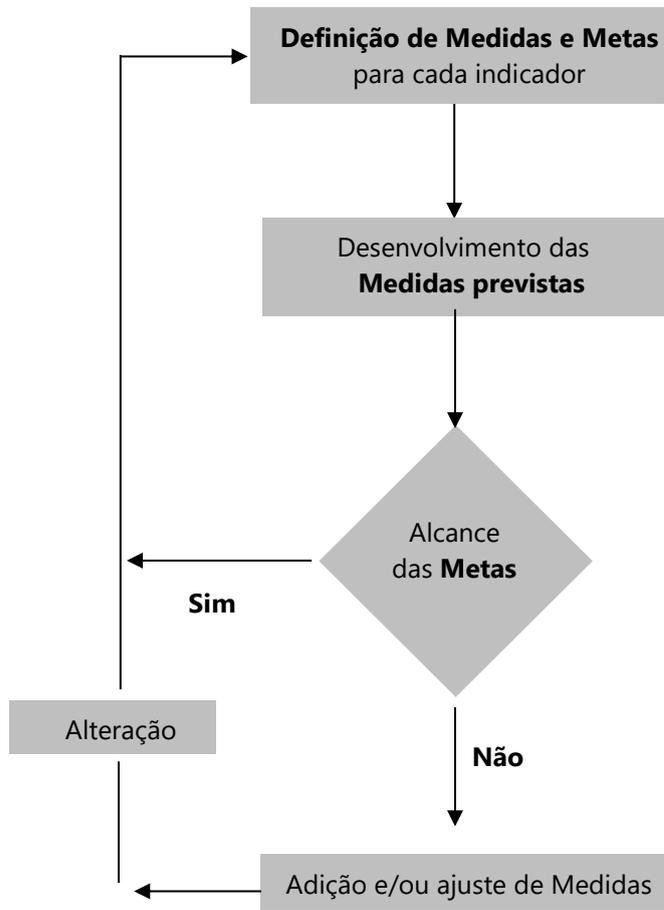


Figura 2 - Esquema conceptual das etapas que constituem o Plano de Controlo da Fase de Seguimento

O Quadro 18 apresenta os objetivos de sustentabilidade, os indicadores considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da proposta de 2ª alteração do PDMA, e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

Quadro 18 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade, medidas de gestão ambiental e ações a desenvolver

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas	
Ordenamento do Território				
<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a organização espacial do território Adaptar os critérios de classificação do solo, artigo 199, DL 80/2015 Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intra-concelhias 	Uso do Solo	Solo Rural Solo Urbano	Promover um equilibrado e estruturado ordenamento do solo rústico e do solourbano.	
	Ordenamento biofísico e paisagístico (Classes de espaços e Condicionantes existentes no território)	Espaços naturais e paisagísticos		Preservar e valorizar as áreas naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património naturaldo concelho
		REN		Salvaguardar, preservar e valorizar cada um dos Subsistemas que integram aREN.
		RAN		Salvaguardar os Solos Agrícolas em especial os classificados como integrantes daRAN.
		Espaço Florestal		Promover a proteção e valorização da área florestal. Promover o ordenamento e proteção da floresta de acordo com as orientações do PROF Centro Litoral e do PMDFCI ou programa de execução municipal, conforme aplicável
	Acessibilidades rodoviárias	Rede Viária		Promover um correto ordenamento, gestão e manutenção da Rede Viária intra e inter-concelhia.
		Transportes (empresas)		Promover uma melhoria dos transportes intra e intermunicipais
	Competitividade e Desenvolvimento Regional			
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas 	Atratividade empresarial	Espaços de atividades económicas	Promover o correto ordenamento e gestão das áreas destinadas a espaços de atividades económicas, tendo em conta as diferentes atividades que se podeminstalar nestes espaços (indústrias, exploração extrativa, turismo). Promover a definição de espaços públicos e espaços verdes qualificados.	
		Relação entre a área afeta a uso industrial e a área do município		
	Dinâmica Empresarial e Económica	Taxa de execução do espaço industrial	Atividades económicas instaladas no concelho	Promover políticas de atração e de fixação de novas atividades económicas. Promover a instalação de serviços de apoio às diversas unidades. Promover a criação de serviços de apoio à vivência e sociabilidade entre ostrabalhadores das diversas unidades instaladas.
		Taxa de ocupação dos espaços industriais		

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> • Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego • Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas 		Número de estabelecimentos industriais em solo rústico	Promover a deslocalização das atividades industriais isoladas e que apresentem conflitos de uso e ocupação com o sistema biofísico para os espaços de atividade económica existentes no município, sempre que tal prática seja economicamente sustentável
		Número de agroindústrias	Promover uma correta localização das agroindústrias, tendo em conta a função de exploração e transformação dos produtos agrícolas ou florestais. Admitir a presença de agroindústrias no solo rural desde que apresentem um aligação ao tecido produtivo local
	Nível de empregabilidade e formação profissional	Estruturas de apoio à formação profissional	Promover a qualificação da população ativa desempregada. Promover o desenvolvimento de projetos que envolvam as principais unidades empresariais locais e os principais polos de conhecimento. Promover o aumento da taxa de emprego e de formação profissional. Criar condições para a existência de mais emprego no concelho. Criar condições para a fixação de empresas no concelho. Promover ações de Formação Profissional orientada para as áreas mais carenciadas de emprego.
Qualidade de Vida			
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho • Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural e edificado do concelho • Qualificar o Espaço Público • Qualificar a rede de Equipamentos de Utilização Coletiva • Garantir mobilidade para todos 		Espaços Verdes (integrados na Estrutura Ecológica Urbana)	Promover a correta gestão e definição de espaços verdes
	Lazer/Valorização paisagística e ambiental	Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	Promover a valorização dos espaços com interesse ambiental e paisagístico de Arganil. Criar um roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município de Arganil.
	Espaço Público	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	Promover uma correta utilização e gestão do espaço público, qualificando-o tornando-o atrativo e de fácil uso e acesso, pela generalidade da população.
	Equipamentos de utilização coletiva	Equipamentos de utilização coletiva	Promover uma correta gestão e utilização destes equipamentos integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação
	Mobilidade para todos	Estudos/Planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade	Garantir, quer nos espaços públicos quer nas estruturas edificadas, condições de acessibilidade adequadas que se enquadrem e respondam aos desafios da "acessibilidade

Objetivos	Crítérios	Indicador	Medidas
			para todos”.
Áreas Classificadas			
<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do património natural e cultural em áreas classificadas • Proteção e valorização da paisagem • Manutenção da biodiversidade 	Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural e cultural em áreas classificadas	Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas classificadas Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para o ordenamento das Áreas Classificadas	Assegurar a revisão atempada dos instrumentos de gestão territorial municipais.
	Proteger, valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas	Ações de manutenção e gestão da paisagem	Sensibilizar a população local e turistas para as fragilidades do património natural classificado e os cuidados a ter no seu usufruto.
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	Planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis. Divulgação de outros pontos de valor natural como, por exemplo, a Mourísia.
	Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	Área classificada com plano de gestão	Implementação de um Plano de Gestão para as áreas classificadas, integrando as orientações de gestão referidas no PSRN 2000.
		Medidas estratégicas de minimização de impacto das catástrofes naturais	Assegurar a contínua atualização e melhoria do PMDFCI de Arganil ou programa de execução municipal, conforme aplicável
	Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	Diversidade de espécies	Implementação de estruturas que permitam a divulgação dos valores naturais da região, bem como a sensibilização para as questões relacionadas com as temáticas ambientais.
		Espécies ameaçadas e protegidas	
	Monitorização e reabilitação dos <i>habitats</i>	Ações de conservação de espécies	
		Habitats classificados	
		Ações de conservação de habitats	
Estrutura Ecológica Municipal			
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção a gestão sustentável dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) 	Promover a gestão sustentável e as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Área do concelho integrada na EEM	Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos, que integram a EEM. Promover o uso de espécies autóctones nos espaços que compõem a EEM.
		Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta			
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos valores naturais 	Promover a gestão sustentável e conservação da floresta	Zonas de Intervenção Florestal	Promover a reflorestação com espécies de reduzida combustibilidade. Mapear de focos de espécies vegetais invasoras.
		Área florestal inserida em espaço natural e paisagístico	

Objetivos	Crítérios	Indicador	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> Controlo da proliferação das espécies exóticas invasoras com risco ecológico 	Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	Controlar e/ou erradicar focos de vegetação invasora.
		Áreas de distribuição das espécies invasoras	
	Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas naturais	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	Implementação de estruturas que permitam a divulgação dos valores naturais da região, bem como a sensibilização para as questões relacionadas com as temáticas ambientais. Planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis.
		Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	
Aproveitamento de linhas de água para o incremento de atividades lúdicas devidamente reguladas			
		Património geomorfológico classificado	
Identidade Histórica e Cultural			
<ul style="list-style-type: none"> Preservar edifícios históricos e outras características culturais importantes Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos Fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios nas proximidades de centros históricos Impulsionar a identificação do património construído diferenciador; Valorizar a diversidade e a identidade local do património turístico Promover a requalificação das Aldeias com vocação turística Promover o desenvolvimento do turismo a nível local e com base na identidade cultural Valorizar os saberes e características locais 	Valorização do património construído	Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção)	Promover a reabilitação/recuperação/manutenção dos edifícios que representem traços da memória e da identidade locais nos diversos aglomerados.
		Reabilitação de edifícios urbanos degradados	Promover a reabilitação/recuperação de edifícios urbanos degradados garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas.
		Imóveis classificados	Assegurar a recuperação dos imóveis classificados ou em vias de classificação. Garantir a inventariação dos imóveis bem como a sua regular atualização. Monitorizar a preservação e conservação dos imóveis classificados.
		Imóveis com interesse patrimonial	
		Aldeias Históricas	Criar uma rede de sítios e de acontecimentos com interesse para o turismo, recreio e lazer.
		Aldeias do Xisto	
	Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil		
	Valorização do património cultural	Produtos tradicionais de qualidade protegida	Promover eventos culturais através da informação aos municípios.
		Eventos tradicionais e culturais	

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
Turismo			
<ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo natural sustentável Preservar o espaço natural e paisagístico Desenvolver o turismo ativo Fomentar a divulgação cultural integrada com o turismo Fomentar a oferta de unidades hoteleiras de qualidade 	Potenciação do património e turismo ativo	Rotas e percursos	<p>Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural.</p> <p>Sistematizar e operacionalizar um Programa de Turismo Sustentável no concelho de Arganil.</p> <p>Realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico que promova uma nova imagem de Arganil, ligada à biodiversidade, à cultura e ao desenvolvimento sustentável, dando relevo aos fatores diferenciadores do concelho.</p>
		Empresas de Animação na área do Turismo Ativo reconhecidas como Turismo de Natureza pelo Turismo de Portugal, I.P.	
	Potenciação das dinâmicas turísticas	Ações de divulgação turística	<p>Desenvolvimento de campanhas de comunicação que divulguem as ofertasturísticas do concelho, através do recurso a multimédia e redes sociais interativas</p> <p>Estabelecer boas práticas para utilização dos espaços naturais.</p> <p>Promoção de iniciativas de educação / sensibilização ambiental.</p>
	Disponibilidade de equipamentos e serviços associados ao turismo	Alojamento turístico	<p>Garantir a inventariação das unidades hoteleiras e equipamentos de restauração com receitas tradicionais locais existentes no concelho bem como a sua regular atualização.</p>
		Estada média no estabelecimento	
Número de visitantes anuais do concelho			
Resíduos			
<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos 	Destino final dos resíduos produzidos	Produção de Resíduos Urbanos	Garantir a inscrição no Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente e o preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos, pelas Unidades Industriais implantadas no território abrangido pelo PDM
		Resíduos urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)	<p>Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final o aterro.</p> <p>Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelas unidades industriais instaladas e a instalar.</p> <p>Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro.</p> <p>Criar pontos de recolha para pilhas e tinteiros.</p> <p>Estabelecimento de um dia, mensal, para recolha de "monos domésticos".</p> <p>Implementar um sistema de recolha porta-a-porta nas freguesias com mais população, sendo necessária uma correta e adequada sensibilização da população envolvida de forma a</p>
		Taxa de reciclagem	

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
			esta constituir uma solução eficaz. Promover ações de sensibilização de separação de resíduos referentes à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.
Recursos hídricos			
<ul style="list-style-type: none"> Garantir a proteção dos recursos hídricos Reduzir os níveis de contaminação da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	Poluição da água / Contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Qualidade da água superficial	<p>Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos.</p> <p>Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Acompanhar a evolução dos resultados de monitorização apresentados na rede de qualidade da água do SNIRH, nomeadamente no que respeita à estação de monitorização e "S. Pedro".</p> <p>Reabilitação da rede hidrográfica dentro dos perímetros urbanos.</p>
		Qualidade da água subterrânea	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	Infraestruturação ao nível do abastecimento de água	Consumo de água por habitante	<p>Assegurar o uso racional e eficiente da água.</p> <p>Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água.</p> <p>Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água.</p>
		População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	<p>Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano.</p> <p>Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de abastecimento de água.</p> <p>Efetuar obras diversas ao nível do sistema de abastecimento de água para consumo humano, sempre que necessário (substituição de condutas de água e construção de depósitos de água).</p>
		Percentagem de água captada que provém de captações com perímetros de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	<p>Promover a delimitação dos respetivos perímetros de proteção de forma a assegurar a proteção das águas subterrâneas contra eventuais contaminações.</p>
	Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	Implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, nos sistemas de abastecimento que ainda não se encontram abrangidos.

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
<p>• Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais</p>	<p>Infraestruturação ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais</p>	<p>População servida por sistema de drenagem de águas residuais</p>	<p>Monitorização contínua de todos os componentes que fazem parte do sistema de abastecimento.</p>
		<p>Percentagem de população equivalente servida pelo sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença</p>	<p>Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada. - Promover a renovação gradual das redes de saneamento. - Promover a construção de Estações de Tratamento de Águas Residuais.
		<p>Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Corrigir as situações que potencialmente ponham em risco a saúde pública ou que sejam danosas para o meio ambiente, implementando as medidas/ações/intervenções que conduzam a uma percentagem de pelo menos 99% de resultados que estejam em conformidade com a legislação, relativamente ao número total de análises realizadas à qualidade da água³.
		<p>Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir/anular as áreas com deficiência de pressão ou com carência temporária de disponibilidade de água (situações tecnicamente deficientes)³. - Implementar medidas de erradicação de descargas de efluentes sem tratamento adequado de sistemas unitários, de sistemas separativos domésticos e de sistemas separativos pluviais³. - Implementar medidas de minimização de aflúncias pluviais aos sistemas unitários e aos sistemas separativos domésticos (desafetação progressiva de ligações pluviais)³. - Monitorização das Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes no concelho, com elaboração de relatórios e de análises ao efluente à saída da estação, garantindo assim o cumprimento dos parâmetros de qualidade exigíveis na legislação e contribuindo para uma melhoria na qualidade do efluente final e do meio recetor. - Colmatar eventuais falhas das ETAR. - Criar alternativas para a deposição de lamas produzidas, nomeadamente pelo tratamento secundário, evitando assim a sua possível utilização por vezes indevida em aterros ou na

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
			agricultura. - Avaliação da eventual toxicidade das lamas. - Legalização das Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes e das futuras, pela entidade competente. - Levantamento de indústrias que possam perturbar o ecossistema inerente ao meio recetor com uma eventual descarga dos seus efluentes, como sendo: suiniculturas, lagares, queijarias, aviários, vacarias e outros. Formação adequada dos técnicos e operadores das ETAR.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a implementação de modelos de gestão de efluentes pecuários eficientes e sustentáveis 	Gestão eficiente e sustentável dos efluentes pecuários	N.º de explorações agropecuárias existentes N.º de explorações pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários Número de situações anómalas denunciadas relativas às explorações agropecuárias	<ul style="list-style-type: none"> As explorações agropecuárias e agroindustriais deverão cumprir o normativo legal e regulamentar específico para cada um dos sectores. Adoção de soluções conjuntas, ou complementares, que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, que promovam economias à escala regional, permitindo um efetivo controlo das descargas nos meios recetores². Preferencialmente, opções por soluções coletivas de tratamento que sejam alternativas às soluções individuais². Potenciação da utilização da capacidade de tratamento das infraestruturas dos sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado ² . Estabelecer um programa de gestão dos efluentes provenientes das atividades agropecuárias e agroindustriais.
<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 	Matriz de utilização da água • Uso eficiente da água	Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	<ul style="list-style-type: none"> Instalação de válvulas redutoras de pressão, no sistema predial de abastecimento¹. Isolamento térmico do sistema de distribuição de água quente - promove a redução do desperdício de água corrente enquanto os utilizadores esperam que a temperatura seja adequada¹. Substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc.) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc.)¹. Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização demangueiras com dispositivos de controlo de

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas			
			<p>caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema) ¹.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática) ¹. - Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹. - Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹. - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹. - Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores) ¹. - Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota) ¹. - Instalação de recirculação, total ou parcial, da água no caso dos lagos (com sinalização de aviso relativa à sua potabilidade) e recirculação da água das piscinas (com tratamento intercalar) ¹. - Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água, campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez¹. <p>Dar continuidade ao sistema de monitorização da rede de abastecimento de água atualmente implantado, de forma a permitir reduzir perdas de água</p>			
Ruído						
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações 	Poluição sonora	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">População afetada pelos níveis de ruído</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Número de reclamações por incomodidade sonora</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Planos de redução de ruído</td> </tr> </table>	População afetada pelos níveis de ruído	Número de reclamações por incomodidade sonora	Planos de redução de ruído	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um sistema de análise que permita conhecer a evolução das Zonas Sensíveis e Zonas Mistas ao longo do período de vigência do Plano. - Todas as ações a realizar no solo urbano devem respeitar a disciplina constante do Regulamento Geral do Ruído.
População afetada pelos níveis de ruído						
Número de reclamações por incomodidade sonora						
Planos de redução de ruído						

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> Promover a redução do ruído nas zonas identificadas em desconformidade com o Regulamento Geral do Ruído (RGR) através de procedimentos de articulação do RGR com o processo de planeamento territorial ao nível do PDM 			Estabelecer um programa de monitorização dos níveis de ruído ambiental. <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um procedimento de recolha, tratamento e encaminhamento de reclamações relacionadas com ruído. Tratando-se de problemas relevantes, devem ser identificadas as causas e deverão ser implementadas ações que minimizem os efeitos associados, informando o reclamante do que foi feito para resolver e evitar o problema no futuro. Deverá ser mantido um registo datado das referidas reclamações que identifique os problemas denunciados e o conjunto de ações desenvolvidas pela autarquia.
Energia			
<ul style="list-style-type: none"> Promover o aumento da eficiência energética Utilização racional de energia Promover a utilização de fontes de energia renovável 	Matriz energética <ul style="list-style-type: none"> Eficiência energética Adesão à produção e utilização de energia através de fontes renováveis	Consumo de Energia Elétrica N.º de projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética Produção de energia através de recursos renováveis	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético. Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização). Fomentar a racionalização e utilização de energia nomeadamente quando se verificar a necessidade de cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE). Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia.
Risco Incêndio			
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o número de ignições Reduzir a área ardida 	Recursos florestais	Risco de ocorrência de incêndios Área ardida Número de ocorrências de incêndio	Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI de Arganil ou do programa de execução municipal, conforme aplicável
<ul style="list-style-type: none"> Prevenir a ocorrência de incêndios rurais Fomentar a compartimentação dos espaços florestais 	Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios florestais	Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais Cumprimento das ações/programas previstos nos eixos estratégicos do PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Arganil no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal. Garantir o cumprimento das medidas estabelecidas no PMDFCI de Arganil. Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal.

Objetivos	Critérios	Indicador	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a ocorrência de incêndios em edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> Edifícios e estado de conservação Estratégias de desenvolvimento industrial 	Número de ocorrências de incêndios industriais	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de sensibilização sobre regras de atuação face à possibilidade de ocorrência de incêndios em edifícios. Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação. Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação.
		Número de edifícios afetados	
		Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade da SCIE	
Contaminação Florestal			
<ul style="list-style-type: none"> Prevenir a ocorrência de contaminação florestal por ação de pragas Reduzir os efeitos face à ocorrência de contaminação florestal Preservar o património florestal adotando processos de exploração e conservação florestal que previnam o desenvolvimento de pragas 	Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de infeção florestal	Ocorrência de pragas	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal. Colaborar com as entidades responsáveis pelo controlo e monitorização da ocorrência de pragas florestais (GNR e ICNF).
		Área afetada	
		Tipos de praga	
	Estratégias de exploração e gestão florestal	Estratégias de exploração e gestão florestal	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal nos domínios da sensibilização e informação, nomeadamente nos domínios das boas práticas de exploração florestal.
Cheias			
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de proteção do solo dentro do perímetro urbano Minimizar os impactos das cheias Controlar a impermeabilização do solo 	Grau de impermeabilização do solo Gestão territorial	Área impermeabilizada	<ul style="list-style-type: none"> Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia. Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção.
		Normas de controlo da impermeabilização do solo	
		Edifícios em áreas de risco de cheia	
<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano Racionalizar a expansão urbana 	Situações de cheia	Ocorrência de cheias/inundação	<ul style="list-style-type: none"> Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do PMEPC.
		Áreas inundadas	
		Infraestruturas afetadas	
Acidentes Industriais			
	Meios de prevenção	Número de indústrias com Planos de	Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção

Objetivos	Crítérios	Indicador	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os efeitos face à ocorrência de acidentes industriais 	Estratégias de minimização face à ocorrência de situações de derrame	Emergência Internos e de Projetos da Especialidade de SCIE	civil nos domíniosda sensibilização e informação.
	Grau de impermeabilização afeto a espaço industrial	Área impermeabilizada afeta a uso industrial	Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo emfase de construção e seguimento de projetos.
<ul style="list-style-type: none"> Prevenir a ocorrência de acidentes industriais 	Situações de derrame Solo contaminado	Número de ocorrências de derrame	Garantir o cumprimento do estabelecido no PMEPC e no Regulamento de Planos dePormenor.
		Área de terreno contaminada em resultado de ocorrência de derrame	
	Situações de explosão	Número de ocorrências de explosão	
Erosão			
<ul style="list-style-type: none"> Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo Aumentar os níveis de proteção do solo Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão 	Estratégias de prevenção e minimização face à ocorrência de situações de erosão	Ocorrência de erosão	- Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo emfase de construção e seguimento de projetos. - Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água. Garantir o estabelecido no PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável no que se refere à reflorestação.
		Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	

¹ – Medidas propostas no âmbito do PNUEA

² – Medidas propostas no âmbito da ENEAPAI

³ – Medidas propostas no âmbito do PEASAR II

O Quadro seguinte dá continuidade ao Plano de Controlo estabelecido no Quadro 18, focandoos indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Arganil face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia.

Apesar de não ter sido possível obter o valor base para todos os indicadores identificados, considera-se importante, em alguns casos, desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de seguimento, pelo que foram incluídos no Quadro 19.

Quadro 19 – Orientações para a implementação do Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município face a metas estabelecidas em documentos estratégicos

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base	Ano / Fonte	Periodicidade	Metas
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ordenamento do Território					
	Solo Rústico	ha	31650,47	2012 (CMA)	Anual	31650,47
	Solo Urbano	ha	1501,2	2012 (CMA)	Anual	1501,2
	Espaços naturais e paisagísticos	ha	767,69	2012 (CMA)	Anual	767,69
	REN	ha	18629,7	2012 (CMA)	Anual	18629,7
	RAN	ha	2131,4	2012 (CMA)	Anual	2131,4
	Espaço Florestal	ha	12.427,94	2018-2027 (PMDFCI)	Anual	12.427,94
	Espaço Agrícola	ha	2.748,87	2018-2027 (PMDFCI)	Anual	2.748,87
	Rede Viária	km	532	2012 (CMA/EP)	Anual	*
	Transportes (empresas)	N.º	1	2012 (CMA)	Anual	1
	Competitividade e Desenvolvimento Regional					
	Espaços de atividades económicas	N.º	4	2012 (CMA)	Anual	4
	Espaços de atividades económicas	ha	219,5	2012 (CMA)	Anual	*
	Relação entre a área afeta a uso industrial e a área domunicípio	%	0,7	2012 (CMA)	Anual	0,7
	Taxa de execução do espaço industrial	%	23	2012 (CMA)	Anual	*
	Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	67	2012 (CMA)	Anual	*
	Atividades económicas instaladas no concelho	N.º	1127	2009 (INE)	Anual	+10%
	Número de estabelecimentos industriais em solo rústico	N.º	-	CMA	Anual	*
	Número de agroindústrias	N.º	-	CMA	Anual	*
	Taxa de Atividade	%	54,8	2001 (INE)	Anual	≥ 54,8
	Taxa de Desemprego	%	9,9	2001 (INE)	Anual	≤ 9,9
	Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	2	2012 (IEFP)	Anual	2
	Qualidade de Vida					
	Espaços Verdes (integrados na Estrutura Ecológica Urbana)	ha	5,47	2012 (CMA)	Anual	*
	Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	N.º	2 ^(a)	2012 (CMA)	Anual	*

	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público	N.º	(b)	2012 (CMA)	Anual	*
	Equipamentos de utilização coletiva	N.º	119	2011 (CMA)	Anual	*
	Estudos/Planos com vista à obtenção de efeitos multiplicadores na promoção da mobilidade	N.º	1	2012 (CMA)	Anual	*
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas					
	Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) para ordenamento das Áreas Classificadas	N.º e tipo	3 – POAPPSA, PSRN2000 e PDM de Arganil	2012 (Diversos)	Anual	3
	Ações de manutenção e gestão da paisagem	N.º	7	2011 (ICNB)	Anual	≥7
	Trilhos de interpretação devidamente equipados esinalizados	N.º	0	2012 (ICNB)	Anual	5
	Ações e elementos de divulgação	N.º	6	2012 (ICNB) e 2012 (CMA)	Anual	≥6
	Área classificada com plano de gestão	ha	0	2012 (ICNB)	Anual	346
	Medidas estratégicas de minimização de impacto dascatástrofes naturais	N.º	5	2012 (PNDFCI)	Anual	≥5
	Espécies ameaçadas e protegidas	N.º	50 espécies de flora; 3 invertebrados; 105 aves; 7 anfíbios e 11 répteis	2006 (ICNB)	Anual	Manter
	Ações de conservação de espécies	N.º	1	2011 (ICNB)	Anual	≥1
	Habitats classificados	N.º e ha	12/700	2006/ICNB	Anual	12/700
	Ações de conservação de habitats	N.º	-	-	Anual	-
	Estrutura Ecológica Municipal					
	Área do concelho integrada na EEM	Km²	0	1995 (PDM)	Anual	246,8
Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços deEEM	Tipo (N.º) e Área (ha)	0	1995 (PDM)	Anual	5 – REN, RAN, Rede Natura 2000, Regime Florestal e	

						Urbanos Espaços Verdes	
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta						
	Zonas de Intervenção Florestal	N.º	4	2011 (AFN)	Anual	≥4	
	Área florestal inserida em espaço natural	ha	0	1995 (PDM)	Anual	0	
	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestãoproposto(s)	ha	5337	2012 (CMA)	Anual	≥5337	
	Áreas de distribuição das espécies invasoras	ha	3191,29	2012 (CMA)	Anual	<3191,29	
	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	N.º	2	2006 (ESAC)	Anual	≥2	
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados,em áreas florestais	N.º	3	2012 (CMA)	Anual	≥3	
	Aproveitamento de linhas de água para o incremento deatividades lúdicas devidamente reguladas	N.º	5	2012 (CMA)	Anual	≥5	
	Património geomorfológico classificado	N.º	0	2006 (APG)	Anual	2	
Património Cultural e Turismo	Identidade Histórica e Cultural						
	Obras em edifícios históricos (recuperação / manutenção)	N.º	-	CMA	Anual	*	
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*	
	Imóveis classificados	N.º	12	2022 (DGPC)	Anual	*	
	Imóveis com interesse patrimonial	N.º	26	2011 (CMA)	Anual	*	
	Aldeias Históricas	N.º	1	2011 (CMA)	Anual	*	
	Aldeias do Xisto	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*	
	Projetos de requalificação das Aldeias Históricas e de Xisto reconhecidas em Arganil	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	≥ 2	
	Produtos tradicionais de qualidade protegida	N.º	6	2011 (CMA)	Anual	≥ 6	
	Eventos tradicionais e culturais	N.º	12	2011 (CMA)	Anual	*	
	Turismo						
	Rotas e percursos	N.º	11	2011 (CMA)	Anual	≥ 11	
Empresas de Animação na área do Turismo Ativoreconhecidas como Turismo de Natureza pelo Turismo de Portugal, I.P.	N.º	2	2011 (CMA)	Anual	*		

	Ações de divulgação turística		N.º	-	CMA	Anual	*
	Alojamento turístico	Estabelecimentos hoteleiros	N.º	20	2022 (TP, IP)	Anual	*
		Alojamento local	N.º	92		Anual	*
		Parques de Campismo e Caravanismo	N.º	1		Anual	*
Resíduos							
Produção de Resíduos Urbanos		ton/ano	3996	2011 (CMA)	Anual	Reduzir em 5%	
Resíduos Sólidos Urbanos desviados de aterro (% RSU valorizados/RSU produzidos *100)		%	11	2010 (INE)	Anual	Aumentar em 5%	
Taxa de reciclagem		%	10,9	2010 (INE)	Anual	Aumentar em 5%	
Água							
Qualidade da água superficial		Classe	Razoável	2009 (INAG)	Anual	*	
Qualidade da água subterrânea	Captação 233/2	Classe	>A3 – Oxigénio dissolvido (sat)	2020 (SNIRH)	Anual	*	
	Captação 243/4	Classe	A3 – Oxigénio dissolvido (sat)	2020 (SNIRH)	Anual	*	
Consumo de água por habitante		m³/ano	61,4	2019 (PORDATA)	Anual	*	
População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo		%	100	2012 (CMA)	Anual	Manter	
Percentagem de água captada que provém de captações com perímetros de proteção ou de albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido		%	0	2012 (CMA)	Anual	≥95%	
Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação		%	100	2011 (CMA)	Anual	100%	
População servida por sistema de drenagem de águas residuais		%	92	2012 (CMA)	Anual	95%	
População servida por sistema de tratamento de águas residuais		%	75	2012 (CMA)	Anual	95%	
Percentagem de população equivalente servida pelo sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença		%	-	CMA	Anual	≥80%	
Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas		%	-	CMA	Anual	≥10%	
Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes		%	-	CMA	Anual	≤20%	

Qualidade Ambiental

	aos sistemas de drenagem						
	N.º de explorações agropecuárias existentes		N.º	57	2011 (DRAPC)	Anual	*
	N.º de explorações pecuárias com Planos de Gestão de Efluentes Pecuários		%	-	DRAPC	Anual	*
	Número de situações anómalas denunciadas relativas às explorações agropecuárias		N.º	0	2011 (CM)	Anual	*
	Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida		%	64,6	2012 (CMA)	Anual	≥ 80
	Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água (Sistema de monitorização da rede de abastecimento de água e ações de educação ambiental sobre questões relacionadas com a água)		N.º	2	2012 (CMA)	Anual	≥ 2
	Ruído						
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 65 dB (A) - Zonas mistas		%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 55 dB (A) – Zonas mistas		%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq diurno > 55 dB (A) – Zonas sensíveis		%	-	CMA	Anual	*
	População exposta a níveis sonoros LAeq noturno > 45 dB (A) – Zonas sensíveis		%	-	CMA	Anual	*
	Número de reclamações por incomodidade sonora		N.º	4	2010 (CMA)	Anual	0
	Planos de redução de ruído		N.º	-	CMA	Anual	*
	Energia						
	Consumo de Energia Elétrica		tep/ano	12 197,69	2009 (DGEG)	Anual	Reduzir em 5%
	N.º de projetos com adoção de soluções de ecoeficiência energética		N.º	29	2011 (CM)	Anual	*
	Produção de energia através de recursos renováveis		tep/ano	-	DGEG	Anual	*
Riscos Ambientais	Risco Incêndio						
	Número de ocorrências de incêndio		Nº/ano	6	2018-2027 (PMDFCI)	Anual	0
	Área ardida	Povoamentos	ha/ano	1.296			0
		Matos		615			0
	Normas de edificação em espaços urbanos confinados ou inseridos em espaços florestais		Nº	-	CMA	Anual	*
Cumprimento das ações/programas previstos nos eixos estratégicos do PMDFCI de Arganil ou no programa de execução municipal, conforme aplicável		Nº/ano	-	CMA	Anual	*	

Número de ocorrências de incêndios industriais	Nº/ano	2	2010 (CMA)	Anual	0
Número de edifícios afetados	Nº/ano	1	2010 (CMA)	Anual	0
Número de indústrias com Planos de Emergência Internos e de Projetos da Especialidade da SCIE ^(c)	Nº	-	CMA	Anual	*
Contaminação Florestal					
Ocorrência de pragas	Nº/ano	2	2010 (CMA)	Anual	0
Área afetada	ha	9460	2010 (CMA)	Anual	0
Tipos de praga	Tipologia	3	2010 (CMA)	Anual	0
Cheias					
Áreas inundadas	ha/ano	-	CMA	Anual	0
Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	-	CMA	Anual	0
Infraestruturas afetadas	Nº	-	CMA	Anual	0
Área impermeabilizada	ha	-	CMA	Anual	*
Edifícios em áreas de risco de cheia	Nº	-	CMA	Anual	*
Normas de controlo da impermeabilização do solo	Nº	-	CMA	Anual	*
Acidentes Industriais					
Número de ocorrências de derrame	Nº/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
Área de terreno contaminada em resultado de ocorrência de derrame	ha/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
Número de ocorrências de explosão	Nº/ano	0	2012 (CMA)	Anual	0
Área impermeabilizada afeta a uso industrial	ha	-	CMA	Anual	*
Erosão					
Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº/ano	-	CMA	Anual	*

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta) recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

- (a) Requalificação das margens da Ribeira de Folques (margem direita concluída e está a decorrer o projeto de requalificação da margem esquerda)
- (b) Não quantificado
- (c) Indicador comum com o domínio "Acidentes Industriais"

02 QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

O quadro de governança para a ação constitui um suporte fundamental para o sucesso do processo de implementação da proposta de alteração do PDMA, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se a governança *"como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia"* [Partidário 2007], pretendeu-se estabelecer um quadro de governança que garanta o cumprimento dos objetivos definidos para cada um dos FCD, bem como a concretização das diretrizes propostas.

São assim identificadas as entidades e os agentes com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação do PDM em avaliação [Quadro 20].

Quadro 20 - Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none">- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água.- Dar cumprimento ao estabelecido no âmbito do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, mantendo a informação atualizada e disponível.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Autoridade Nacional de Emergência e de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none">- Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência.- Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves.
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	<ul style="list-style-type: none">- Estabelecer um programa de gestão dos efluentes agropecuários e agroindustriais integrado.- Colaboração na execução das políticas de proteção e valorização dos recursos genéticos vegetais.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none">- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	<ul style="list-style-type: none">- Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios rurais.- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.- Apoiar os municípios na aplicação de medidas que convirjam com a conservação do património natural e paisagístico.

Entidades	Ações
Câmara Municipal de Aguiar da Beira	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver processos de participação pública. - Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. - Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. - Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. - Promover ações de formação e valorização profissional. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que as implementações das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de operações de gestão de resíduos. - Fomentar diferentes formas de participação pública.
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir e acompanhar a recolha dos resíduos recolhidos de forma seletiva e tratamento dos resíduos indiferenciados.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de consulta pública.

Capítulo 04

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDMA resulta de uma **obrigatoriedade legal** que decorre da aplicação do **artigo 199.º do RJGT** e traduz-se num ajustamento da proposta da primeira revisão do PDMA ao quadro legal atualmente em vigor. Deste processo da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do PDMA resultam as seguintes especificidades:

A] **Não interfere nem altera o Modelo de Ordenamento nem o Modelo Estratégico** de Desenvolvimento. Trata-se de um mero ajuste que procura adaptar o PDMA ao quadro legal em vigor;

B] As alterações introduzidas na definição do perímetro urbano resultam da **análise, ponderação e enquadramento da classificação urbanística do solo** considerando o nível de infraestruturização existente ou programado e as características de edificação e urbanização existentes. Evidenciam, também, a resposta a situações de procura/tendência de edificação, em espaços estruturados e infraestruturados, que surgiram no decurso do processo de implementação do PDMA;

C] **Não geram nem implicam efeitos significativos sobre os Fatores Ambientais e, em geral, sobre o meio ambiente.**

Efetivamente, de uma forma geral mantêm-se válidos os Modelos de Ordenamento e a estratégia que o sustentou e o Modelo de Desenvolvimento Estratégico que tem orientado o quadro de definição e implementação de políticas municipais. Considerando estas especificidades o presente RA traduz-se numa atualização do RA elaborado no âmbito da referida 1.ª Revisão do PDM, por força da aplicação legal do artigo 199.º do RJGT e do procedimento da 2.ª Alteração da 1.ª Revisão do PDMA.

Nesse âmbito procedeu-se a uma análise e ponderação do quadro de indicadores de sustentabilidade e posicionamento do município que suportarão a implementação do Plano de Controlo, internalizando a experiência na medição, monitorização e acompanhamento do quadro de indicadores estabelecido em 2012 e ponderando as propostas de integração de novos indicadores sugeridos pelas entidades. **Privilegiou-se a integração e manutenção de indicadores passíveis de serem efetivamente medidos, monitorizados e acompanhados** e que permitam a elaboração de Relatórios de Acompanhamento e de monitorização objetivos e ajustados à evolução das dinâmicas municipais.

As alterações introduzidas na proposta de PDMA são pouco expressivas e incidem, essencialmente, num processo de reavaliação do “solo urbano – solo urbanizável”. Por isso **não produzem quaisquer alterações com significado ao modelo estratégico de desenvolvimento e ao modelo de ordenamento, nem sobre o ambiente.**

O presente relatório, acompanhado do RA, estará sujeito a consulta pública e será submetido à apreciação das ERAE, para recolha de sugestões que serão tidas em consideração na emissão da DA e na preparação da versão final do PDMA.

Equipa Técnica

João Rua

Licenciado em Planeamento Regional e Urbano – Universidade de Aveiro
Pós-graduado em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – CEDOU – Faculdade Direito da Universidade de Coimbra

Alberto Pedrosa

Licenciado em Planeamento Regional e Urbano – Universidade de Aveiro
Pós-graduado em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – CEDOU – Faculdade Direito da Universidade de Coimbra

Catarina Rocha

Licenciado em Planeamento Regional e Urbano – Universidade de Aveiro

Sara Gonçalves

Licenciado em Planeamento Regional e Urbano – Universidade de Aveiro

Helena Albuquerque

Licenciada em Geografia – Universidade de Coimbra
Mestre em Ciências das Zonas Costeiras – Departamento de Ambiente / Universidade de Aveiro
Doutorada Ciências e Engenharia do Ambiente. Departamento de Ambiente / Universidade de Aveiro

Manuel Vieira

Licenciado em Arquitetura Paisagística pelo Instituto Superior de Agronomia
Licenciado em Engenharia Agrónómica pelo Instituto Superior de Agronomia

Célia Rua

Licenciado em Biologia – Universidade de Aveiro

Serena Tavares

Licenciado em Administração Pública – Universidade de Aveiro

Referências Bibliográficas

Agência Portuguesa do Ambiente, 2020. *A Nota Técnica – A Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas*. Abril

Agência Portuguesa do Ambiente, 2020. *A Nota Técnica – A fase de seguimento em sede dos procedimentos de AAE de Planos e Programas*. Abril

Agência Portuguesa do Ambiente, 2011. *Guia para a integração da prevenção de acidentes graves na AAE dos planos municipais de ordenamento do território*. Novembro

Agência Portuguesa do Ambiente, 2016. *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis _ Relatório Ambiental 2016-2021*

Agência Portuguesa do Ambiente, 2016. *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro _ Relatório Ambiental 2016-2021*

Agência Portuguesa do Ambiente. *Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Mondego, Vouga e Lis _ Declaração Ambiental 2016-2021*

Câmara Municipal de Aguiar da Beira, 2015. *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2015-2019*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2019. *O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas: Contributo para os PDM*. Maio

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2019 – *Guia orientador – revisão do PDM*

Comissão Nacional do Território, 2020 – *PDM GO – Boas práticas para os Planos Diretores Municipais*. Lisboa

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2008. *Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território – Documentos de orientação DGOTDU 01/2008*. Lisboa: DGOTDU

Partidário, MR. [2007]. *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica*. Agência Portuguesa do Ambiente Amadora.

Partidário, MR, 2012. *Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa



2ª **Alteração** ao Plano Diretor Municipal de
Arganil